

Esperança social e psicologia da crise

Paulo C. Moura

AS situações de crise provocam comportamentos diversos que, em certos momentos e diante de certas circunstâncias, geram processos sociais de difícil controle. Neste sentido, a grande crise econômica que vivemos afeta a todos nós, pessoas, grupos e instituições. Mas não são apenas os aspectos econômicos que devem ser analisados. Estes, certamente, são os mais evidentes, e a tal ponto, que dois brasileiros reunidos numa esquina certamente estarão discutindo a credibilidade dos ministros, as imposições do FMI, a moratória, o desemprego etc. De repente, 130 milhões de técnicos de futebol transformaram-se numa gigantesca assembleia de economistas, onde o consenso é quase perfeito na crítica da situação e da orientação oficial. Pelo menos nisso, o Ministro Delfim conseguiu unanimidade: todos estão contra ele.

Outros aspectos, contudo, atraem menor atenção pública e oficial. No plano psicológico, por exemplo, o comportamento individual e o das massas vai seguindo uma espécie de trajetória, para a qual ou o Governo parece insensível, ou subestima os efeitos possíveis.

A trajetória representa a dinâmica característica do comportamento numa situação de crise, que, com as variações sempre existentes, segue mais ou menos as seguintes fases:

Perplexidade, momento psicológico em que as pessoas se dão conta de que vivem uma situação de crise e verificam que suas respos-

tas anteriores são impotentes para assegurar o equilíbrio indispensável. O clima é de incerteza e a ansiedade inicia seu processo.

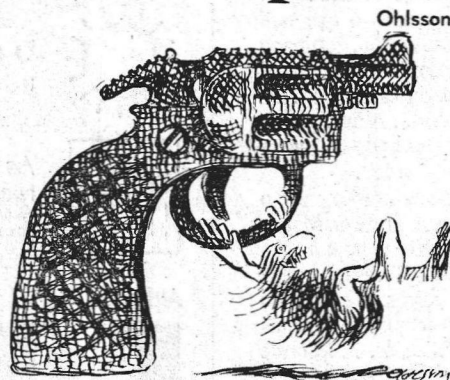
Insegurança, momento em que as pessoas já tomadas pela surpresa, ficam cômicas de sua inadequação, não sabendo o que fazer e vivenciando seu estado de impotência. As pessoas se sentem inseguras, ameaçadas, tensas e expostas aos efeitos da crise.

Apatia, domínio da sensação de desproteção, de abandono, que gera o sentimento do "não adianta", acompanhado de depressão de menos valia. Sentimentos de culpa não serão raros, tal como o uso dos mecanismos de fuga. É a vontade de dormir e só acordar quando tudo passar... ou a busca de soluções mágicas.

Violência, quando o desespero leva a insegurança a níveis insuportáveis, transformando a apatia em revolta. Aqui a violência costuma se iniciar pelas camadas marginais, com ondas de assalto, saques e criminalidade genérica, e pode chegar até os movimentos de massa. Como sempre, a violência gera mais violência.

Como sempre acontece no terreno das ciências sociais, não existem padrões rígidos de resposta, matematicamente regulares, porque isto seria desconhecer todo o universo das diferenças individuais e das circunstâncias de cada situação específica. O importante é avaliar a tendência geral, o que pode acontecer.

Vista em termos macrosociais, por exemplo, esta dinâmica de crise pode ter



enorme significado para a coesão social, para a elaboração do problema político-institucional, para a manutenção da ordem e da paz social. Basta imaginar o que poderia acontecer, na saturação da fase de apatia, se aparecer uma liderança carismática, com um discurso populista mas de apelo à esperança social, onde se levante a bandeira da iniquidade do sistema social e, conseqüentemente, da necessidade de romper com as estruturas. Facilmente, pessoas frustradas, perplexas e inseguras transformarão sua apatia em revolta social, cuja expressão mais imediata é sempre a violência.

No quadro brasileiro atual, não se pode dizer que a violência já tenha chegado a níveis incontroláveis. Mas é certo que a perplexidade e a insegurança estão presentes e atuantes em toda a população, salvo alguns poucos

alienados. A violência, no momento, ainda está restrita a movimentos marginais, mas tudo isso pode se alterar e seguir novos rumos, obedecendo ao estímulo de novas lideranças. Se isto ainda não se verifica é, principalmente, pela carência de lideranças, pois o povo, realmente, não crê nos políticos e, na sabedoria dos simples, desconfia dos radicais. Mas a violência já está germinando. Inclusive existe uma outra forma de violência, mas solerte, que é a dos opressores, nacionais e internacionais. Contra esta violência institucionalizada pode se levantar a violência popular.

Três cenários alternativos se identificam diante das considerações acima: diante dos efeitos e do agravamento da crise o Governo pode decidir alterar sua política econômica e social, amenizando os sofrimentos das massas, abrindo-se a um diálogo político e revitalizando a esperança social. Ou o Governo pode, diante das mesmas circunstâncias, insistir na sua linha atual e, diante das críticas que certamente sofrerá, fechar-se ainda mais ao diálogo e manter sua política não-participativa, possivelmente à custa do aumento da taxa de autoritarismo. Um terceiro cenário seria o da posição intermediária.

A resposta social ao segundo cenário seria o agravamento da crise institucional, tornando mais clara a ilegitimidade do sistema e, no plano psicológico, aumentando a perple-

xidade e apatia. A violência seria, neste caso, não só possível como provável. A resposta social ao primeiro cenário, ao contrário, seria na linha da diminuição da tensão, com redução da taxa de insegurança, pois novas esperanças e perspectivas seriam abertas. O que é certo é que ninguém, por mais poder que tenha, pode abusar indefinidamente da famosa e decantada "docilidade do povo brasileiro".

O perigo de perda da integração social é uma ameaça presente e perfeitamente identificável, cujo controle, mesmo enquanto possível, é necessariamente oneroso e autoritário. É certo que o sistema oficial, com seu aparelho de segurança, ainda domina a situação. Mas já não é tão certo o que poderia acontecer no dia em que os nordestinos se cansarem de comer ratos e de ouvir promessas oficiais, os desempregados perderem a esperança do reemprego, a dona de casa se desiludir de vez, o empresário fechar sua fábrica e o cidadão não tiver mais para quem apelar. Neste dia, sendo a fome má conselheira, um homem sem esperança pode crer que já não tem mais nada a perder. E teremos rompido esta promessa de democracia, que mal começa a se implantar.

Paulo C. Moura é presidente do Instituto de Estudos Políticos e Sociais, psicólogo e consultor de empresas.